

A escravidão e a economia no século XIX

A evolução da sociedade escravista brasileira no século XIX apresentou várias características importantes. A primeira foi a ascensão de uma nova cultura de exportação, o café, que formaria a base de uma nova economia escravista de grande lavoura na região sudeste. A segunda foi o contínuo crescimento das tradicionais culturas coloniais de exportação. O açúcar voltou a ser um produto competitivo no mercado mundial com o declínio da indústria açucareira em São Domingos e nas Antilhas Britânicas; além disso, a produção brasileira de algodão, depois de sofrer com a forte competição do sul dos Estados Unidos na primeira metade do século, reviveu no período da fome mundial de algodão na década de 1860, durante a Guerra de Secessão americana. Finalmente, houve também o contínuo crescimento da população escrava em Minas Gerais — a maior do Brasil — em uma região dedicada sobretudo à produção para o mercado interno que, apesar disso, manteve e expandiu sua população cativa mesmo na era do tráfico interno.

O crescimento de todas essas culturas de exportação, tanto as tradicionais como as mais novas, gerou uma demandas sempre crescente por escravos, e na terceira década do século XIX o tráfico atlântico chegou o auge. Mas o fechamento do tráfico em 1850 acarretou um

aumento secular nos preços dos cativos e a conseqüente expansão do tráfico interno por terra e mar nas duas décadas seguintes, até que o tráfico interprovincial finalmente foi proibido no último decênio antes da abolição. Mas durante esse período o tráfico interno movimentou um volume significativo de escravos, das províncias do nordeste e do sul para as fazendas do centro-sul do país.

Embora no período de existência do tráfico atlântico houvesse um fluxo comercial de escravos entre portos e dos portos regionais para os respectivos mercados, esse comércio diferia daquele que se organizou a partir de 1850. Até aquele ano, grande parte dos escravos enviados ao interior eram cativos recém chegados da África, via tráfico negreiro. No período seguinte, até o fim da escravidão, os escravos que circularam no tráfico interno eram fornecidos pelas áreas de menor densidade econômica e abasteciam as ricas zonas de expansão da grande lavoura. Havia também um movimento de escravos das áreas urbanas para o campo. Nesse sentido, a movimentação de escravos pós 1850 assemelhava-se ao tráfico interno de escravos que ocorreu nos Estados Unidos durante o século XIX, tráfico terrestre que cruzava as fronteiras dos Estados, como também via marítima a partir dos Estados do Sudeste, por exemplo, para o porto de Nova Orleans. A comparação de dados deste tráfico interno pré e pós 1850 no Brasil e dos Estados Unidos na primeira metade do século XIX, mostram maior importância do tráfico interno por via marítima nos Estados Unidos do que no Brasil¹. Estudos que utilizaram registros fiscais dos portos do Rio de Janeiro e Salvador, no final do século XVIII e início do século XIX, revelam que grande parte dos escravos que chegavam ao Brasil eram levados para o interior por tropeiros², em pequenas tropas com até cinco escravos³. Embora o volume dessa movimentação fosse elevado - por exemplo entre 1825 e 1839 cerca de 61 mil escravos foram levados do porto do Rio de Janeiro para o interior do país - esse tráfico interno era feito normalmente por comerciantes que fizeram só uma viagem e abasteciam apenas um região⁴. Essa falta de especialização dos comerciantes de escravos poderia caracterizá-los como "pequenos comerciantes eventuais"⁵ ao invés de grandes comerciantes de escravos. Esse padrão foi também encontrado em outras regiões. Minas Gerais foi a região que mais recebeu escravos que chegavam pelo Rio de Janeiro e Salvador, respondendo por mais da metade desse comércio interno dos escravos africanos que chegavam naqueles dois portos. Entretanto, havia uma importante diferença

no destino da outra metade dos escravos que chegavam a Salvador e ao Rio de Janeiro. Salvador abastecia todo o Brasil enquanto os escravos embarcados pelo Rio de Janeiro que não seguiam para Minas Gerais eram enviados essencialmente para o interior da Província e para São Paulo.

Todas essas mudanças econômicas e sociais acarretaram uma transferência progressiva da população escrava no Brasil, dos centros menos prósperos para as regiões mais dinâmicas e das áreas urbanas para as rurais. Além disso, com a expansão dos trabalhadores livres de cor, diminuiu a necessidade de cativos nas áreas urbanas. De fato, de acordo com o primeiro censo de 1872, o acelerado crescimento da população livre de cor no século XIX fez dela o maior grupo populacional do império. Apesar dessa multiplicação da população livre de cor, a agricultura de exportação, na maioria das regiões, permaneceu baseada principalmente na mão de obra escrava até o fim da escravidão.

O último grande tema do século XIX veio a ser, obviamente, a lenta abolição da própria escravidão. Percebendo que a instituição não poderia sobreviver no mundo do século XIX, especialmente depois que a Guerra de Secessão eliminou a escravidão africana nos Estados Unidos, o Brasil caminhou devagar rumo à emancipação dos cativos. Em 1872 foi proclamada a Lei do Ventre Livre, e criaram-se fundos para comprar a alforria de escravos⁶. Em 1885 todos os cativos com mais de 65 anos foram libertados⁷, e a abolição definitiva veio três anos mais tarde. Preparando-se para a abolição que fatalmente ocorreria, e em virtude do declínio da população cativa após 1850, no último quartel do século antes da abolição o Brasil foi trocando a base de sua mão de obra para uma mistura mais complexa de trabalho escravo e livre na maioria das regiões e atividades e, com exceção de Minas Gerais, o número decrescente de escravos concentrou-se ainda mais na agricultura de exportação. Embora a abolição tenha causado comoção na economia açucareira e cafeeira no sudeste do país em 1888, a transição para uma nova forma de trabalho assalariado baseada em grupos de imigrantes recém-chegados ocorreria com relativa rapidez e um mínimo de transtorno para o setor exportador.

Todos esses complexos desdobramentos seriam acompanhados pelo deslocamento da população cativa em relação à distribuição regional vigente no século XVIII. O nordeste e o sul perderiam sua importância relativa na concentração de escravos, e as três províncias cafeeiras, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, assumiriam a primazia como centros

1850
proibido
do tráfico
interno

EUA - a prod.
ção do
tráfico em
1800/1825

último do
século XIX:
aviso do abolição
a expansão da
escravidão

✕

escravistas em fins do século XIX (ver tabela 4.1). Embora o tráfico interno não tivesse a mesma magnitude do tráfico atlântico, foi suficiente para mudar a distribuição da população cativa, concentrando-a nessas três províncias. Os produtores tradicionais, que vendiam para o mercado interno e os grandes fazendeiros em regiões com fontes abundantes de trabalhadores livres sem terra, foram levados a abandonar lentamente sua dependência do braço escravo e adotar uma força de trabalho mista de cativos e livres, ou recorrer exclusivamente a trabalhadores livres assalariados. Embora o tráfico interno também viesse a cessar, quando isso ocorreu o centro da escravidão voltara-se drasticamente na direção da grande lavoura cafeeira e açucareira do sudeste. Se em 1818 Minas, Rio de Janeiro e São Paulo continham apenas 35% da população cativa total, em 1872 haviam aumentado sua parcela para 58%, e esta continuou a crescer até o fim da escravidão, atingindo 65% em 1886/87.

*o tráfico interno
- tráfico
- comércio indígena*

A população afro-brasileira teria uma expansão explosiva no século XIX tanto entre os cativos como entre as pessoas livres. O século começou com uma elevação das importações de africanos a cada década até os anos 1840 (ver gráfico 4.1). Ao mesmo tempo, prosseguiu o aumento do número de escravos nascidos no Brasil, de modo que as distribuições por sexo e idade na população escrava residente tornaram-se menos distorcidas pelo impacto das entradas de africanos, muito embora a população escrava residente ainda mostrasse um desequilíbrio, com viés para os homens adultos em detrimento de mulheres e crianças. Finalmente, a população livre de cor aumentou mais depressa que a população cativa, e na época do primeiro censo nacional, em 1872, tornara-se o maior grupo populacional do Brasil (ver tabela 4.2).

Tabela 4.1 Participação dos escravos na população por província, 1819, 1872 e 1886/87 (a classificação tem por base a participação em 1886/87)

Províncias	1819	1872	1886/87
Minas Gerais	15,2	24,5	26,5
Rio de Janeiro*	13,2	22,6	23,5
São Paulo	7,0	10,4	14,8
Bahia	13,3	11,1	10,6
Pernambuco	8,8	5,9	5,7
Maranhão	12,0	5,0	4,6
Sergipe	2,4	1,5	2,3
Alagoas	6,2	2,4	2,1
Espírito Santo	1,8	1,5	1,8
Pará	3,0	1,8	1,5
Paraíba	1,5	1,4	1,3
Piauí	1,1	1,6	1,2
Rio Grande do Sul	2,6	4,5	1,2
Goiás	2,4	0,7	0,7
Santa Catarina	0,8	1,0	0,7
Paraná	0,9	0,7	0,5
Mato Grosso	1,3	0,4	0,4
Rio Grande do Norte	0,8	0,9	0,4
Ceará	5,0	2,1	0,0
Amazonas**	0,5	0,1	-
	100,0	100,0	100,0
(n)	1.107.389	1.510.806	723.419

Notas * Inclui a cidade Imperial do Rio de Janeiro
** não há dados disponíveis para o Amazonas em 1886/87
Fonte: 1819: Norberto, (1872) p. 152; Censo de 1872: Ministério da Agricultura, Relatório 1887, p. 24.

Tabela 4.2: População distribuída pela cor e situação social, em 1872
Províncias ordenadas pelo total de pessoas de cor

	Pessoas livres de cor	Escravos	Total de pessoas de Cor	Total de brancos
Minas Gerais	805.967	370.459	1.176.426	830.987
Bahia	830.431	167.824	998.255	331.479
Pernambuco	449.547	89.028	538.575	291.159
Rio de Janeiro*	252.271 ✓	341.576 ✓	593.847	455.074
Ceará	368.100	31.913	400.013	268.836
São Paulo	207.845	156.612	364.457	433.432
Alagoas	217.106	35.741	252.847	88.798
Maranhão	169.645	74.939	244.584	103.513
Paraíba	200.412	21.526	221.938	144.721
R.G.do Sul	82.938	67.791	150.729	258.367
Piauí	121.527	23.795	145.322	43.447
Pará	110.556	27.458	138.014	92.634
Sergipe	100.755	22.623	123.378	49.778
R.G.do Norte	107.455	13.020	120.475	102.465
Goiás	103.564	10.652	114.216	41.929
Esp.Santo	27.367	22.659 ✓	50.026	26.582
Paraná	37.377	10.560	47.937	69.698
Mato Grosso	27.989	6.667	34.656	17.237
Santa Catarina	15.984	14.984	30.968	125.942
Amazonas	8.592	979	9.571	11.211
Total	4.245.428	1.510.806	5.756.234	3.787.289

Fonte: Censo de 1872
Notas: * Inclui o Município Neutro (cidade do Rio de Janeiro)

Gráfico 4.1: Estimativa da média de escravos africanos que chegaram ao Brasil por décadas, 1781-1850



Fonte: Emory Dataset acessado em 18 de agosto de 2008

A primeira grande transformação na economia escravista brasileira no século XIX foi o revivescimento da expansão da grande lavoura açucareira baseada no trabalho escravo. O colapso da produção no Haiti escravocrata e o declínio, em meados do século XIX, da produção açucareira nas Antilhas Britânicas influenciaram o renascimento da produção brasileira nas tradicionais regiões nordestinas e nos centros mais novos do sudeste. No momento da derrocada haitiana o Brasil vivia uma séria crise exportadora. Nas últimas décadas do século XVIII ocorrera o declínio da mineração aurífera e diamantífera no interior central do Brasil, enquanto a economia açucareira enfrentava séria concorrência dos produtores franceses e britânicos nas Antilhas.

O impacto imediato do declínio de São Domingos — uma economia dinâmica e dominante em várias áreas de produção escravista — deu vida nova em velhas indústrias como a do açúcar e a do algodão, além de abrir para a colônia a possibilidade de novas atividades produtivas baseadas no trabalho cativo. Em uma década, a produção de açúcar ultrapassou seu antigo limite de 15 mil a 20 mil toneladas anuais quando os preços e a demanda mundiais iniciavam uma longa tendência secular ascendente, e a produção brasileira reagiu atingindo a faixa de 100 mil toneladas em fins da década de 1840⁹. O impacto haitiano, portanto, intensificou o sistema de *plantation* no velho nordeste

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

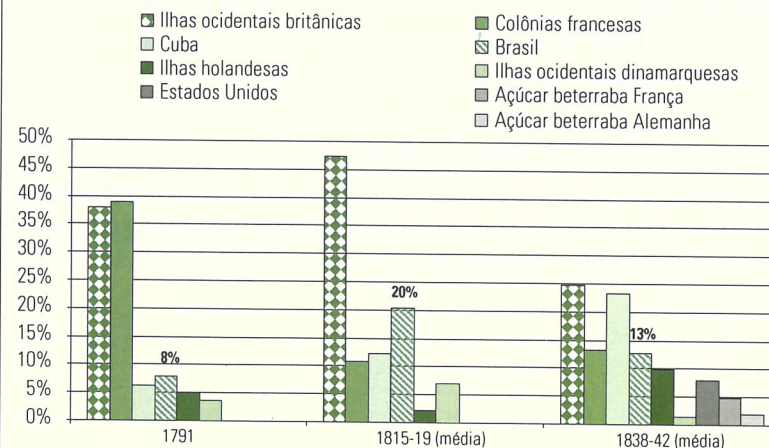
997

998

999

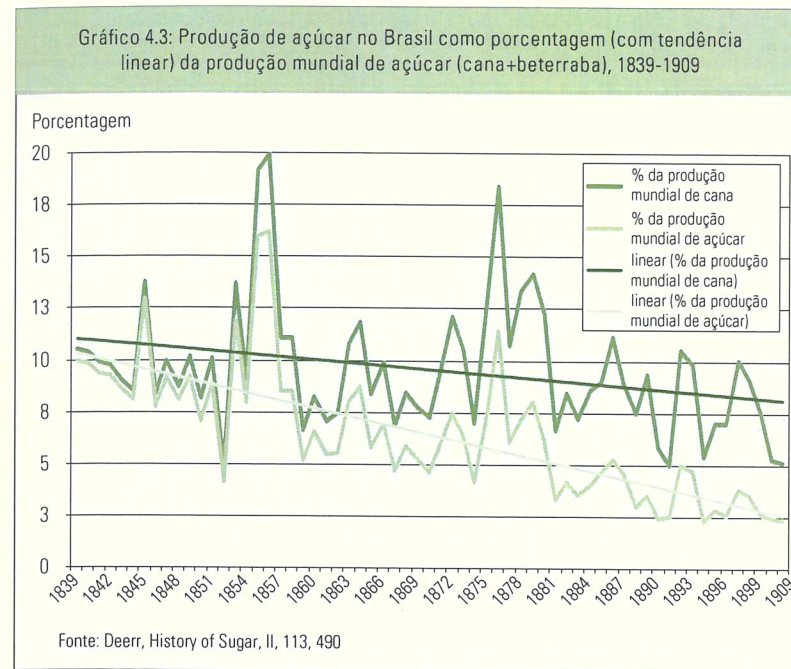
1000

Gráfico 4.2: Participação do Brasil na produção mundial de açúcar



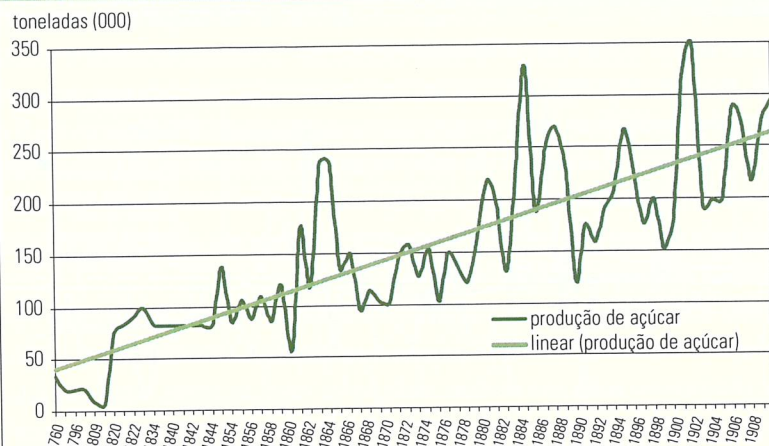
Fonte: Moreno Fragnals, El Ingenio, I 40-42; 2:173

A expansão da produção mundial de açúcar por todo o século XIX, especialmente para novas regiões, levou a uma diminuição da participação brasileira no mercado, apesar de ter havido um aumento no volume produzido. Vários produtores americanos importantes ingressaram no mercado canavieiro, entre eles Cuba e Porto Rico. Até o Peru e o México começaram a exportar açúcar na segunda metade do século XIX recorrendo à mão de obra de trabalhadores índios e de chineses livres contratados sob o sistema de *indentured labor*. A concorrência cubana, em especial, teve forte impacto nos preços e na participação do Brasil em mercados europeus. Também na Ásia ocorreu um aumento da produção açucareira, competindo seriamente com a produção americana. Franceses e britânicos usaram cativos africanos para produzir grandes quantidades de açúcar em suas possessões no Oceano Índico, mas o trabalho livre também foi empregado no fabrico do açúcar na Índia, em Java e mais tarde nas Filipinas. Ainda mais importante foi o crescimento da indústria do açúcar de beterraba na Europa, consolidada na década de 1850. A indústria do açúcar de beterraba, que em meados do século detinha cerca de 15% do mercado mundial de açúcar, controlava 50% nos anos 1880. O Brasil tampouco conseguiu encontrar um mercado alternativo nos Estados Unidos, pois a produção em Louisiana expandiu-se para suprir as necessidades do país, complementada por Cuba e Porto Rico¹¹. Ainda assim, a participação brasileira permaneceu relativamente estável em um décimo da produção mundial de açúcar de cana ao longo da segunda metade do século XIX. Mas apesar do substancial aumento no valor e no volume da produção brasileira de açúcar, sua fatia no mercado internacional declinou, e em fins do século o Brasil produzia apenas 3% do total mundial¹². Esse declínio relativo continuou nas décadas seguintes, e o Brasil só recuperaria sua posição de liderança na produção mundial de açúcar de cana nas últimas décadas do século XX (ver Gráfico 4.3)¹³.



Apesar de seu declínio relativo nos mercados mundiais, a produção brasileira de açúcar expandiu-se durante a maior parte do século XIX. Na década de 1820 chegou a 40 mil toneladas, e na década seguinte aumentou para 70 mil. Um decênio depois atingia a faixa das 100 mil toneladas, e nesse patamar permaneceria pelas duas décadas seguintes, quando os preços mundiais sofreriam o golpe da entrada do açúcar de beterraba no mercado europeu (ver gráfico 4.4). Mas a expansão voltou a ocorrer com preços mundiais favoráveis, e nos anos 1870 a produção brasileira média era de 168 mil toneladas, chegando a 200 mil toneladas na última década da escravidão¹⁴.

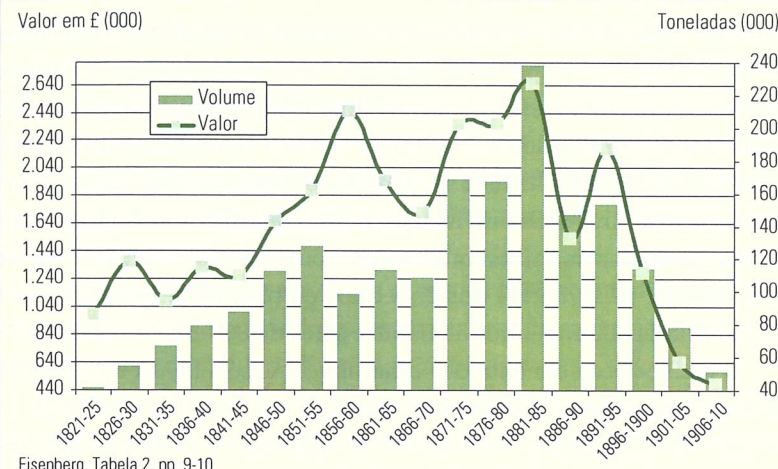
Gráfico 4.4: Produção brasileira de açúcar e tendência linear, 1760 a 1909



Fonte: Noel Deer, The History of Sugar II, 113

Embora diminuísse a importância relativa do açúcar brasileiro no mercado mundial e no conjunto das exportações brasileiras, o valor total das exportações açucareiras aumentou juntamente com a produção até o começo da década de 1880 (ver gráfico 4.5) Isso significou que a economia escravista açucareira efetivamente cresceu durante a maior parte do século XIX, embora ocorresse um lento deslocamento das zonas produtoras, intensificando-se a importância dos produtores do sudeste no total nacional.

Gráfico 4.5: Exportações brasileiras de açúcar, volume anual (em toneladas) e valor anual (em libras), 1821-1906



Eisenberg, Tabela 2, pp. 9-10

O crescimento mais intenso da indústria açucareira no século XIX ocorreu inicialmente nas regiões mais antigas do nordeste brasileiro, com Bahia e Pernambuco à frente de todas as outras regiões. Nessa época, exceto pela introdução da variedade de cana otahiti no Brasil, também introduzida em Cuba, não houve nenhuma outra grande inovação tecnológica na indústria. A estrutura dos engenhos não mudou, e as máquinas a vapor e ferrovias só chegariam em fins do século XIX¹⁵. A produção média por engenho no nordeste açucareiro permaneceu igual à do período colonial até a conversão para a moenda a vapor no final do século XIX. Portanto, o aumento da produção nos principais estados nordestinos não ocorreu graças a novas tecnologias durante boa parte do século XIX, mas à expansão da zona açucareira para novas terras além da tradicional área do Recôncavo e ao aumento do número de engenhos. A existência de um mercado nacional em crescimento protegeu a indústria local das intensas variações dos preços internacionais.

Houve também um importante deslocamento das zonas de produção nordestinas nesse período. Entre 1790 e 1820, a Bahia duplicou o número de seus engenhos para mais de 500. Houve também um aumento expressivo na sua população escrava para quase 150 mil pessoas, mas uma parte considerável dessa população não foi empregada na

com o crescimento da produção açucareira → expansão da zona açucareira

produção açucareira conforme a economia de diversificou e se expandiu¹⁶. A Bahia, aliás, possuía os maiores engenhos brasileiros. Um censo efetuado em 1835 no distrito baiano de Santiago do Iguape mostrou que esse famoso centro açucareiro continha 22 engenhos com uma média de 123 cativos por propriedade; esses eram provavelmente os maiores do Brasil¹⁷. Nessa época, a Bahia exportava quase metade de toda a produção brasileira. A partir de então a produção desacelerou, e em fins da década de 1840 Pernambuco ultrapassou a Bahia. A indústria açucareira baiana reviveu no último quartel do século, quando vultosas entradas de capital finalmente trouxeram as moendas a vapor para mais de três quartos dos engenhos da província. Estima-se que em 1877 havia 802 engenhos na Bahia e cerca de 800 em Pernambuco¹⁸.

O fabuloso crescimento de Pernambuco no século XIX teve origem na revitalização da economia local ocorrida em fins do século XVIII. O trabalho da companhia monopolista pombalina na capitania fora eficaz, deixando-a em posição vantajosa para aproveitar o *boom* pós-1791 nos preços do açúcar. Expandiram-se os engenhos tanto nas áreas tradicionais como nas de fronteira; ao mesmo tempo, o tráfico de escravos intensificou-se, e a população cativa local aumentou para quase 100 mil pessoas na segunda década do século XIX. A produção de açúcar cresceu a cada década, e em meados do século Pernambuco já ultrapassara a Bahia. Na metade dos anos 1880 os engenhos pernambucanos produziam mais de 100 mil toneladas de açúcar, quase metade do total exportado pelo Brasil. Esse crescimento foi obtido com uma população escrava em declínio na província. Na década de 1850, época do fechamento do tráfico, havia em Pernambuco 145 mil cativos; no censo de 1872, o número deles caíra para 106 mil, e na década seguinte para 85 mil¹⁹. O crescimento da população livre de cor mais do que compensou essa queda, ocasionada em parte pela expansão do tráfico interno após 1850. Estima-se que entre 1850 e início da década de 1880 tenham sido vendidos de 23 mil a 38 mil cativos pernambucanos para fazendas de café do sudeste²⁰. Já na década de 1850 os engenhos da zona açucareira mais rica de Pernambuco possuíam em média 70 escravos e 49 assalariados livres em sua força de trabalho²¹. A parcela de trabalhadores livres cresceu justamente quando a introdução da moenda a vapor elevou a produção de açúcar por trabalhador; assim não foi difícil para os senhores nordestinos substituir seus cativos por assalariados mal remunerados e

geralmente sazonais. Além disso, em Pernambuco, como na Bahia e em toda a zona açucareira do nordeste, a crescente complexidade do fabrico do açúcar, e ampliação da escala de produção, aumentou a importância dos lavradores de cana, que com seus próprios escravos abasteciam os engenhos de matéria-prima, e também fez crescer a contribuição de assalariados livres, trabalhadores sazonais e até posseiros²². Embora existam poucas estatísticas sobre os lavradores, está claro que muitos deles eram agricultores de medianas posses ou pobres. Em um censo das freguesias do Recôncavo em 1816-1817 foram arrolados 165 senhores de engenho e 478 lavradores de cana. Estes últimos possuíam em média apenas 10 escravos cada um, e um censo de 1835 de um distrito baiano indica que quase um quarto desses produtores de cana não tinha escravos e aproximadamente 44% deles eram pessoas livres de cor²³.

Também na província do Rio de Janeiro registrou-se um extraordinário crescimento da indústria açucareira no período pós-1791. No entorno da baía de Guanabara e nas planícies interioranas de Campos, essa atividade ganhou ímpeto. No começo dos anos 1820 havia mais de 170 mil escravos na província, e só em Campos funcionavam cerca de 400 engenhos com uma força de trabalho média de 36 cativos, pouco menos de metade da média baiana da época, que era de 66 escravos por propriedade²⁴. Os engenhos dessa região centro-sul em geral usavam a mesma tecnologia que os do nordeste, mas em média eram menores. Nas décadas intermediárias do século, porém, ocorreu um considerável crescimento nessa indústria. Por fim, no último quartel dos Oitocentos verificou-se uma importante mudança nas áreas produtoras de açúcar, com a criação dos primeiros engenhos movidos a vapor, chamados engenhos centrais — uma revolução na tecnologia que já ocorrera em outros países. Com apoio do governo, que garantiu empréstimos para a construção, inúmeros engenhos foram construídos. Embora o programa de implantação de engenhos centrais não tivesse o sucesso esperado, pois muitos fracassaram, a nova tecnologia permitiu ampliar a produção. Além disso, o processo também impeliu profundas modificações na organização da mão de obra. Os caros engenhos centrais, instalados nas áreas mais avançadas, eram operados por trabalhadores assalariados livres, o que levou à total concentração da escravaria na lide braçal dos canaviais. Numerosos engenhos centrais foram estabelecidos não só no nordeste e no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo. No entanto, a transformação foi apenas

do tráfico
de escravos
para o
interior do
Brasil

criação do
tráfico
de escravos
para o
interior do
Brasil

parcial, e em muitos casos a tecnologia da moenda a vapor foi aplicada a velhos engenhos; nesses casos, não houve a conversão total da tecnologia dos engenhos centrais. Ademais, também parece ter havido problemas iniciais com o abastecimento de cana para os engenhos centrais que, em contraste com os engenhos tradicionais, dependiam acentuadamente do fornecimento de cana de terceiros. Mas o suprimento de cana proveniente de engenhos mais antigos não ocorreu como se esperava, em parte por problemas de transporte e em parte devido a um boicote dos poderosos senhores de engenho tradicionais, que se viram transformados em meros fornecedores de cana e proprietários dos chamados "engenhos mortos". Assim, os engenhos centrais, apesar do apoio do governo, não alcançaram o êxito previsto, mas foram os iniciadores do processo de destruição da velha ordem social baseada nos engenhos tradicionais. Posteriormente ocorreria a ascensão das usinas, indústrias em grande escala dotadas de tecnologia moderna que produziam quase toda a cana que processavam e, assim, eram imunes ao boicote dos velhos senhores de engenho. Com as usinas e sua maior escala de produção, novos grupos sociais surgiram no comando da indústria açucareira. Essa lenta transformação também geraria uma ruptura nas relações de poder vigentes mesmo antes do fim da escravidão nas regiões açucareiras²⁵.

A última região a ganhar uma produção de relevo nesse período foi a capitania de São Paulo. Ao longo do litoral norte e no Oeste Paulista, o açúcar passou a ser produzido para exportação. Embora São Paulo sempre mantivesse um mero quarto lugar na produção nacional e fosse responsável por não mais de 5% da produção brasileira, o açúcar revelou-se vital para a economia paulista. Imediatamente, transformou-se na mais valiosa exportação paulista e, embora a produção mal chegasse às mil toneladas nesse período inicial, já representava mais de metade do valor total das exportações da província. Na década de 1820 o açúcar era a principal exportação paulista, e atingira a faixa de 5 mil a 10 mil toneladas. As exportações do produto continuaram a expandir-se até fins dos anos 1840, juntamente com uma importante produção de aguardente, pela qual São Paulo e Rio de Janeiro tornaram-se conhecidas, especialmente na troca por escravos na África²⁶. Em toda parte onde o açúcar se estabeleceu, ele se desenvolveu como cultura de exportação e atingiu o maior número de trabalhadores escravos por unidade agrícola. Em geral devido ao alto custo de implantação e

à rápida maturação dos canaviais, na maioria das regiões do mundo os produtores de açúcar concentraram-se exclusivamente no cultivo da cana. Mas as fazendas de cana no sudeste brasileiro destacaram-se porque continuaram a produzir gêneros alimentícios.

No decorrer do século XIX, a introdução da nova tecnologia dos avançados produtores antilhanos aumentou consideravelmente os investimentos e a produção dos engenhos, e tudo isso gerou a necessidade de ainda mais cana-de-açúcar. Como podemos ver nos dados para o início do século XIX (ver tabela 4.3), pelo critério de tamanho do plantel médio o nordeste ainda possuía os maiores engenhos, que eram quase duas vezes maiores que os do principal centro açucareiro paulista, Campinas; entretanto, como se vê nas mudanças de 1804 a 1829, os produtores do sudeste começavam, na época, a aproximar-se dos tradicionais níveis da grande propriedade nordestina. Mas nenhuma dessas zonas sequer chegou perto da média de 200 cativos por unidade que se via na Jamaica²⁷.

Tabela 4.3: Escravos nos engenhos em várias regiões

Anos	Capitania de São Paulo, 1804	Província de São Paulo, 1829	Oeste Paulista 1829	Campinas, SP 1829	Itu, SP 1829	Rio de Janeiro 1778 (1)	São Francisco Bahia 1816-7	Santo Amaro Bahia 1816-7
Número de Engenhos	501	589	473	85	107	323	80	85
Escravos	8.387	18.224	15.142	3.521	2.897	11.623	5.560	5.253
Média Escravos por engenho	17	31	32	41	27	36	70	62
Moda	5	16	20		13	30		
Mediana	12	23	25	31	20			
Porcentagem de escravos por tamanho de plantel								
1 - 10 escravos	14,2	3,0	2,4	1,8	2,6	3,2		0,2
11 - 20 escravos	22,8	14,4	14,1	8,7	22,5	10,9		0,9
21 - 40 escravos	34,9	29,2	29,9	19,7	32,7	30,7	7,4	14,2
41 - 60 escravos	18,7	22,2	22,5	18,1	20,4	11,9	15,5	13,1
61 - 100 escravos	9,4	22,4	24,3	34,8	21,8	10,2	49,6	42,5
101 +		8,8	6,8	16,9		33,1	27,5	29,1

Fonte: Listas Nominativas dos Habitantes, AESP, Schwartz (1995), p.364 e Costa (1988).
Nota: (1) Somente os engenhos (não foram consideradas as engenhocas)

Embora nos engenhos típicos homens livres trabalhassem em funções especializadas ou como feitores de escravos, a maioria dos trabalhadores, nos canaviais ou no beneficiamento da cana, era escrava.

Obviamente havia diferença nas habilidades e na autonomia dos cativos empregados em lavar a terra e nos que eram usados no processo industrial. O trabalho do campo era pesado, pouco especializado e em geral realizado em turmas, com significativa participação de mulheres. A única tarefa especializada nessa área era a fiscalização dos trabalhadores. Nas atividades de beneficiamento, o trabalho era organizado em tarefas especializadas, categorizadas por habilidades e dificuldades físicas. Embora algumas dessas funções fossem executadas por trabalhadores livres, a maior parte delas, mesmo as mais complexas e dependentes de mais treinamento, era executada por cativos. Estes tinham grande valor para seu senhor, e isso se refletia em seus preços de mercado. Um dos melhores estudos sobre a divisão do trabalho em um engenho do nordeste data do século XVIII, mas também se aplica ao século seguinte. A propriedade estudada continha um grupo numeroso de trabalhadores especializados, muitos dos quais eram escravos²⁹. Em uma amostra de engenhos do Recôncavo Baiano no século XVIII, entre um grupo de 1.331 cativos a maioria trabalhava nos canaviais (984), no beneficiamento (126) e em transporte (87); havia ainda 42 artesãos e 10 feitores, além de 82 usados em serviços domésticos²⁹. Um estudo de engenhos de Minas Gerais na década de 1830 constatou que, em uma amostra de 589 escravos empregados na lide açucareira, 326 trabalhavam no cultivo da cana, 183 eram artesãos, 39 exerciam tarefas domésticas, 28 eram usados no transporte e 13 em outras ocupações. Neste caso foi encontrada uma porcentagem ainda maior de cativos em trabalhos especializados e semiespecializados³⁰.

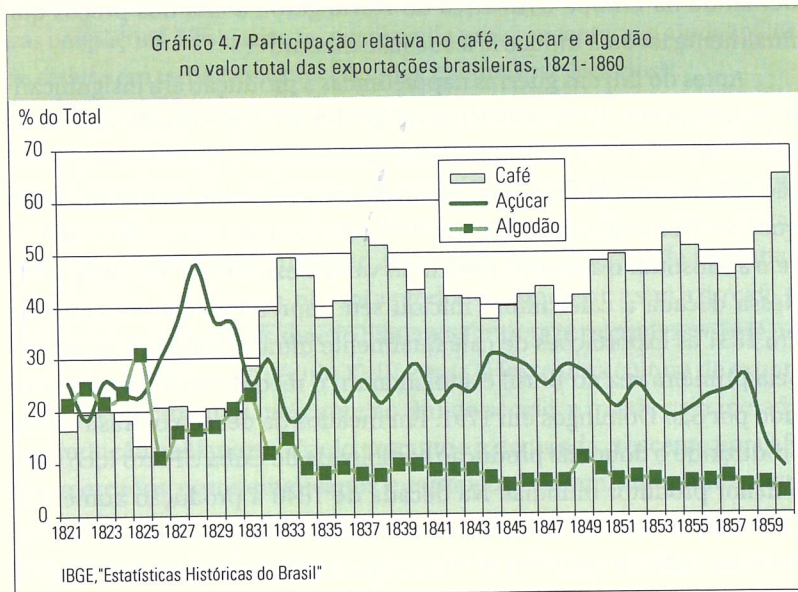
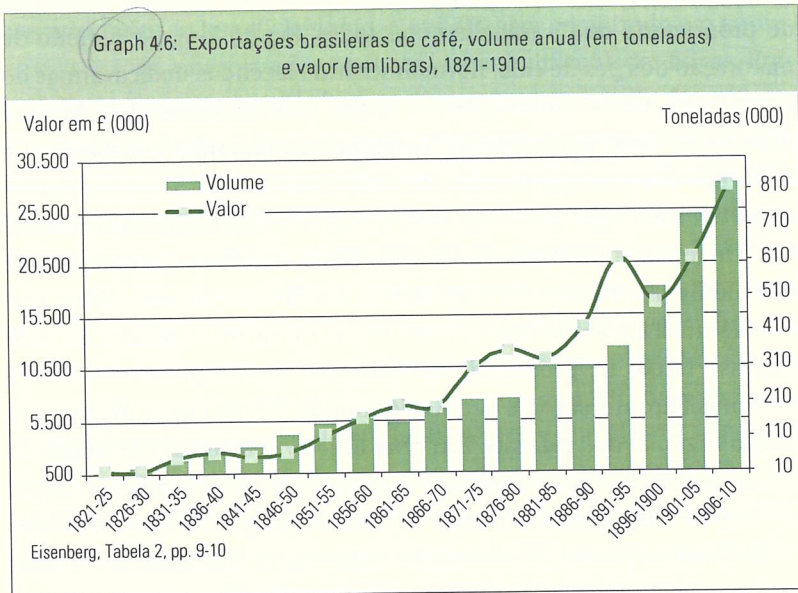
Enquanto o nordeste permaneceu concentrado no açúcar e, em menor grau, no algodão pela maior parte do século XIX, as regiões do Rio de Janeiro e São Paulo introduziram rapidamente e em níveis impressionantes uma nova cultura de exportação que não tardou a rivalizar com a tradicional produção açucareira. Nos aspectos da mudança cultural e do crescimento, não foi a produção do açúcar, e sim a do café, a mais influenciada pela situação haitiana. Embora já se cultivasse café no Brasil desde o início do século XVIII e essa já fosse uma cultura de exportação secundária mas crescente no fim do século, a queda pela metade da produção haitiana no século entrante e a demanda crescente por café nos mercados norte-americanos e europeus criaram um grande mercado para o novo produto brasileiro. O café, fortemente impulsionado pelo colapso de São Domingos, seria o mais destacado produto do braço

escravo no Brasil do século XIX. Embora as fazendas de café na segunda metade do século XIX finalmente competissem com os grandes engenhos no aspecto do número de escravos que possuíam, muitas começaram dedicando-se a culturas variadas e, por várias décadas, basearam-se em plantéis relativamente pequenos ou mesmo no trabalho da família do proprietário ou de trabalhadores livres. Sendo longo o período de maturação dos pés de café, normalmente as fazendas dedicavam-se ao cultivo de gêneros alimentícios e a outras culturas comerciais. Mesmo depois que essas propriedades atingiram um tamanho considerável e seus cafeeiros estavam no auge da produção, os fazendeiros continuaram a cultivar outros produtos, inclusive após a libertação dos escravos.

De início, a produção de café no Brasil aconteceu esparsamente na colônia. Foi na capitania do Rio de Janeiro que a cafeicultura tornou-se uma atividade importante. O caso brasileiro destaca-se pelo ingresso tardio na produção nas Américas, pela rapidez com que o café brasileiro dominou a produção mundial e pelo grau de concentração regional dos cafezais. Em uma trajetória inversa à do açúcar, o Brasil aprendeu com as Antilhas a cultivar café. Os cafeicultores do Rio de Janeiro absorveram primeiro de São Domingos e depois de Cuba as técnicas de produção em escala comercial. A combinação da crise criada pela eliminação de São Domingos com o aumento pós-1815 da demanda na Europa e América do Norte gerou a alta dos preços que finalmente levou a indústria à sua fase madura³¹.

Antes do fim das guerras napoleônicas a produção era insignificante, e mesmo em 1821 os cafeicultores do Rio de Janeiro ainda não exportavam além de 7 mil toneladas. Essa quantidade era um terço da produção cubana e porto-riquenha, e nem chegava perto das 42 mil toneladas que São Domingos produzia em 1791. Na própria província o café só veio a substituir o açúcar como a mais valiosa exportação nos anos 1820. Nessa década a cafeicultura iniciou seu impressionante crescimento. Em 1831 as exportações de café finalmente ultrapassaram as de açúcar pela primeira vez no Brasil e suplantaram o recorde de toneladas atingido por São Domingos em 1791. Em meados da década o Brasil estava produzindo o dobro da produção combinada de Cuba e Porto Rico e era o maior produtor mundial. Na década de 1840 a produção aumentou para mais de 100 mil toneladas anuais e aumentou para mais de 200 mil nos anos 1850 (ver gráfico 4.6). Nessa época, o Brasil respondia por mais

de metade da produção mundial³². No começo da década de 1830, o café já era o mais importante produto de exportação brasileiro (ver gráfico 4.7), e substituía o açúcar e o algodão como a mais valiosa *commodity* brasileira, uma posição que manteria pelo resto do século.



Embora os custos de entrada na produção cafeeira permitissem a participação de agricultores sem cativos, desde o início o café foi produzido por trabalho escravo. Além disso, conforme os fazendeiros aumentaram a participação do café em seu conjunto de culturas, os escravos foram adquirindo importância cada vez maior na força de trabalho dos cafezais. Desse modo, o crescimento da cafeicultura nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, as três principais produtoras, associou-se fortemente ao aumento e expansão do tráfico atlântico de africanos para o Brasil, e este atingiu seu volume máximo no século XIX. A expansão das fronteiras do café, dos vales litorâneos para os planaltos interioranos, também foi típica de uma economia escravista de grande lavoura. Terras virgens foram a variável crucial para determinar a produtividade. Como a fertilização do solo não era uma prática usual, o esgotamento do solo foi o motor da contínua expansão da fronteira. A partir da década de 1820 até fins dos anos 1860, os vales centrais do Rio de Janeiro foram as principais zonas de exploração, e o Vale do Paraíba constituiu o núcleo da nova atividade. Dali a cafeicultura alastrou-se para oeste, adentrando o sudeste de Minas Gerais, cuja economia mineradora em declínio foi revivida inicialmente pela produção do açúcar e depois pela do café. Na década de 1860 a produção local expandiu-se tão depressa que Minas Gerais substituiu São Paulo temporariamente como segundo maior produtor brasileiro, com mais de um quinto das exportações totais de café. Por boa parte da década de 1860 e no início do decênio seguinte, a produção de Minas aproximou-se da do Rio de Janeiro e manteve-se à frente da de São Paulo³³. Só em fins dos anos 1870 e na década de 1880, no final da era escravocrata, a fronteira do café por fim se mudou acentuadamente para as planícies do Oeste Paulista, e ex-regiões açucareiras como Campinas tornaram-se centros de cafeicultura. Nem mesmo a abolição e a transição para a mão de obra livre impediram o deslocamento da fronteira, que em fins do século XIX atingira o sul de São Paulo e penetrara na província do Paraná³⁴.

De início, o café era produzido em propriedades relativamente pequenas na faixa litorânea do Rio de Janeiro e mais para o interior, no Vale do Paraíba. Nessa fase, o café era produzido lado a lado com outras culturas, e só lentamente começou a dominar a produção lo-

cal. Face ao longo período de maturação dos cafeeiros, que só começavam a produzir grãos no terceiro ou quarto ano de crescimento, os fazendeiros reduziam seu risco produzindo também milho e outros gêneros. Mesmo depois de terem surgido fazendas com centenas de milhares de pés de café, o cultivo conjunto com outros gêneros alimentícios foi comum a todas as fazendas cafeeiras. Havia ampla variação na qualidade do solo e na idade das plantas, e isso causava grandes variações na produção anual entre as fazendas. Em um estudo de municípios cafeeiros paulistas representativos, a produção média de 400 quilos por trabalhador encontrada nas primeiras fazendas da década de 1820 aumentou significativamente nas décadas seguintes e na fase madura da cafeicultura, no último quartel do século, atingiu pouco mais de 2 mil quilos de café por ano³⁵. O número de escravos por fazenda de café em todo o Brasil elevou-se lentamente pelo resto do século; no começo da década de 1880, um levantamento de 707 fazendas de café na principal província produtora, Rio de Janeiro, registrou uma média de 43 cativos por unidade³⁶. Esse tamanho de plantel ainda era menor que a média de 128 escravos por fazenda de café encontrada na Jamaica em 1832³⁷, um nível atingido apenas por uma minoria das fazendas do Rio de Janeiro e São Paulo mesmo na derradeira década da escravidão.

A busca por solos virgens de alta qualidade impeliu constantemente a fronteira do café para o interior. Os vales interioranos da província eram cobertos por densas matas e possuíam terras excelentes. Por essa razão, a produção inicial dos cafeeiros foi extremamente elevada. Porém, com suas matas derrubadas e cultivadas de modo impróprio, essas terras de vales íngremes sofreram erosão do solo, e deu-se um rápido decréscimo na produtividade de seus cafezais. Assim, um ciclo de expansão e declínio acompanhou o café nesses primeiros centros. Uma área típica dessa fase foi o Vale do Paraíba, no interior fluminense, e seu distrito central, Vassouras. Povoada a partir da década de 1790, Vassouras só veio a ter fazendas de café nos anos 1820. Mas a riqueza do seu solo, os altos preços do café nos mercados europeus, a disponibilidade de capitais, parcialmente gerados pelo sistema da grande lavoura açucareira ensejaram o desenvolvimento de um novo tipo de grande lavoura, a cafeeira. Com capitais, havia mão de obra escrava em abundância

113

que permitiu o funcionamento das grandes fazendas de café, que surgiram inicialmente em Vassouras³⁸. Ao longo do século XIX a produtividade dos escravos aumentou à medida que mais terras virgens foram desbravadas nos planaltos e que se adquiriu mais experiência no cultivo. Estimou-se que nas fazendas mais produtivas a produção média por escravos atingia trinta e quatro sacos de café por ano³⁹. Na era pré-ferrovia — ou seja, antes da década de 1850 — os transportes compunham parte importante do custo final do do café, pois uma porcentagem elevada da força de trabalho escrava era empregada para levar as sacas de café ao mercado em lombo de mula. Antes da introdução das linhas férreas, nada menos que um terço da força de trabalho cativa em uma fazenda de café trabalhava fora das plantações, transportando mercadorias de e para mercados portuários distantes. As estradas de ferro eliminaram essas tropas de mulas na segunda metade do século XIX. Os comboios foram substituídos por carros de boi e estradas secundárias que permitiam conduzir as mercadorias até a estação ferroviária mais próxima⁴⁰. Essa revolução nos transportes reduziu consideravelmente os custos, mas pouco fez para mudar a estrutura da força de trabalho nas fazendas cafeeiras. Em estudos de fazendas de café, o número de trabalhadores empregados no cultivo nunca atingiu 58% do número total de cativos usados em uma fazenda⁴¹. Esses trabalhadores da lavoura eram divididos em turmas e supervisionados por feitores brancos ou escravos. Exatamente como nas fazendas de açúcar das Antilhas e do resto do Brasil, a maioria dos que trabalhavam nessas turmas eram mulheres. No café, como no açúcar, os homens exerciam todas as ocupações especializadas, mas eram sub-representados nas tarefas não-especializadas como plantar, capinar e colher. Dada a grande quantidade de trabalhadores brancos e negros livres disponíveis até mesmo nas zonas cafeeiras mais densamente povoadas, deixavam-se para trabalhadores livres todas as tarefas perigosas, como derrubar a mata virgem, por exemplo, que nas Antilhas Britânicas e Francesas geralmente eram reservadas a homens escravos.

O crescimento das fazendas de café e da população escrava nelas empregada não se restringiu às áreas tradicionais e se deslocou constantemente por todo o Vale do Paraíba. Zonas mais antigas com

uma dia não
de obra livre

cafeeiros velhos e que já não contavam com áreas com mata virgem, como Vassouras, apresentaram um declínio no número de cativos em idade produtiva, pois essa mão de obra foi vendida ou transferida para as zonas com maior produtividade. Assim, embora um intenso tráfico de africanos mantivesse as fazendas abastecidas de cativos até a década de 1850, com um pico de entrada de 50 mil africanos por ano em todo o Brasil na década de 1820 (ver gráfico 4.1 acima), o grosso do crescimento pós-1850 na grande lavoura deu-se por um volumoso tráfico interno, com migração de cativos entre municípios, províncias e regiões⁴². Nas regiões mais antigas, como Vassouras, declinou a proporção de africanos, a média de idade dos cativos diminuiu e, ocorreu também um melhor equilíbrio na razão de sexo pelo aumento na proporção de cativos nascidos no Brasil. Além disso, houve uma redução dos escravos possuídos pelos produtores mais antigos e menos eficientes, enquanto aumentava rapidamente o número de escravos dos cafeicultores estabelecidos nas áreas em expansão.

A província paulista, ingressante tardia na exportação dos principais produtos, entrou na corrida do açúcar como produtora secundária, mas nas primeiras décadas do século XIX classificava-se em quarto lugar na produção total. Em fins da década de 1830 a província continha 79 mil escravos, a maioria usada em ocupações rurais, sobretudo na indústria açucareira. Mas nos anos 1840 o café finalmente suplantou o açúcar. Nesse decênio o número de cativos empregados na produção açucareira provavelmente chegava a 20 mil, enquanto os que trabalhavam em fazendas de café eram 25 mil, sendo a província como um todo, com 53 mil toneladas de café, responsável por quase um quarto da produção nacional. Embarcando metade das sacas pelo porto do Rio de Janeiro e metade por seus portos marítimos, a província de São Paulo começou a aproximar-se do Rio de Janeiro na década de 1880. Em 1854 São Paulo tinha mais de 2.600 fazendas de café na qual trabalhavam cerca de 55 mil escravos, e o plantel médio continha pouco mais de 20 cativos (ver tabela 4.4).

Tabela 4.4: Trabalhadores, animais e produção nas fazendas de café, São Paulo, 1854

Regiões	Fazendas (número)	Agregados	Colonos	Escravos	Animais (mulas)	Produção de café (toneladas)	Valor (em mil réis)
Vale do Paraíba	1.150	2.719	31	29.516	14.546	33.731	5.902.282
Região da Capital	230	349	11	4.372	2.952	2.947	556.965
Oeste Paulista	556	723	2.042	13.519	4.992	11.222	2.311.576
Caminho do Sul	43	199	2	1.262	479	220	45.700
Litoral	633	233	73	7.165	373	4.488	818.450
Total	2.612	4.223	2.159	55.834	23.342	52.608	9.634.973
Média por Fazenda							
Vale do Paraíba	1.150	2	0	26	13	29	5.132
Oeste Paulista	556	1	4	24	9	20	4.158
Província	2.612	2	1	21	9	20	3.689

Fonte: José J. Machado de Oliveira. "Quadro Estatístico de alguns Estabelecimentos Rurais da Província de São Paulo", Documento com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de S. Paulo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. (São Paulo, 1855).

O café irradiou-se do Rio de Janeiro não só para sudoeste, chegando a São Paulo, mas também para noroeste, adentrando o sudeste de Minas Gerais na área conhecida como Zona da Mata. Em fins dos anos 1820, Minas já não era um importante centro de mineração. Dedicava-se a um complexo conjunto de atividades da agricultura e pecuária e exportava uma grande variedade de produtos, como algodão, couros e açúcar, quando o café começou a emergir como uma cultura expressiva. Na década de 1850 o café finalmente tornou-se a principal exportação da província em valor total e, exceto pela crise acarretada pela abolição em fins dos anos 1880, apresentou forte crescimento até o começo do século XX (ver gráfico 4.8). Embora a qualidade do café mineiro fosse considerada muito boa, o tamanho médio do plantel e o número total de trabalhadores ocupados na cafeicultura foram um pouco menores que os do Rio de Janeiro e São Paulo⁴³. Usando as mesmas técnicas de plantio, colheita e turmas de trabalhadores cativos que eram empregadas nas fazendas cafeeiras típicas do Rio e São Paulo, as fazendas mineiras tendiam a dedicar-se a um misto de culturas e à criação de gado. Como essas outras regiões produtoras de café, e em contraste com a maioria das outras economias escravistas, a população cativa de Minas expandiu-se até o dia da abolição. A população

escrava dos municípios cafeeiros de Minas atingiu 90.000 pessoas no começo dos anos 1870 e 96 mil em 1886⁴⁴.

Com o passar do tempo, o café foi absorvendo cada vez mais mão de obra e, por fim, nas duas derradeiras décadas da era escravocrata, tornou-se a atividade que mais empregava cativos no Brasil. Depois de vários experimentos fracassados com o uso de imigrantes europeus, os cafeicultores, ao contrário de seus compatriotas do nordeste, abandonaram todas as tentativas de combinar trabalho livre e escravo e concentraram-se exclusivamente na força de trabalho cativa⁴⁵. Assim, o fim do tráfico atlântico em 1850, o subsequente crescimento da produção cafeeira nesse século e a alta nos preços dos escravos acarretaram uma acentuada transferência de cativos de todas as partes do império para as regiões cafeeiras. Esse processo intensificou-se após 1850. Embora sempre houvesse existido um tráfico interno, com o fechamento do tráfico atlântico em meados do século desenvolveu-se um tráfico interprovincial e intrarregional, intensificado nas duas décadas seguintes, resultando em marcantes alterações na distribuição da população escrava no Brasil. Estimou-se que entre 1850 e 1888 o tráfico interno por via marítima tenha promovido a migração de 100 mil a 200 mil escravos de portos do nordeste e de mais ao sul para Rio de Janeiro e Santos⁴⁶. Ocorreram também importantes transferências, dentro de uma mesma província, entre zonas mais pobres e distritos vizinhos mais ricos⁴⁷. Estimativas apontam que na década de 1870 os municípios cafeeiros de São Paulo continham aproximadamente 81 mil escravos, e os do Rio de Janeiro, 148 mil⁴⁸. Somando esses números aos da estimativa mencionada sobre a população escrava na cafeicultura em Minas Gerais, significaria que a produção do café absorveu um total de 320 mil cativos. Dos 1,2 milhão de escravos economicamente ativos arrolados no primeiro censo nacional em 1872, escravos trabalhando no café representavam apenas um quinto do total de cativos no império.

No começo dos anos 1880 as fazendas de café haviam atingido seu tamanho máximo no período escravista, mas com significativas variações regionais. Claramente, o Rio de Janeiro ainda dominava, possuindo as maiores fazendas e uma força de trabalho média maior do que as das fazendas das outras duas principais províncias cafeeiras (ver tabela 4.5). De fato, as fazendas no Rio de Janeiro tinham em média

20 escravos a mais do que as fazendas mineiras e também mais do que a maioria das fazendas paulistas. Na última década de escravidão, os cafeicultores cariocas aproximavam-se dos maiores senhores de engenho do nordeste em tamanho de plantel. Como mostrou a conhecida análise de Van Delden Laerne, não só os escravos eram uma parte fundamental da força de trabalho, mas também seu valor representava mais de 40% do valor total das fazendas e seus cafezais. Além disso, esse número aproximou-se do valor global em quase todos os inventários *post-mortem* de fazendas de açúcar e café para todas as regiões do Brasil e foi consideravelmente superior ao valor dos cativos usados na pecuária e em fazendas de culturas mistas⁴⁹.

Tabela 4.5: Estatísticas básicas das plantações de café no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, 1881-1883 *

Regiões **	Municípios	Número de fazendas	Tamanho das fazendas em hectares	Número de pés de café	Número de escravos	Valor total das fazendas em mil réis	% dos escravos no valor total	Escravos por fazenda	Pés de café por escravo
Zona Santos-São Paulo	20	146	92.442	12.904.090	5.266	19.372.860	38,2%	36	2.450
Zona Rio-Rio de Janeiro	13	191	119.945	37.638.543	10.712	26.651.098	47,0%	56	3.514
Zona Rio-São Paulo	10	53	47.424	7.881.000	1.987	5.996.591	41,1%	37	3.966
Zona Rio-Minas Gerais	11	153	90.453	20.633.000	5.568	15.122.308	44,0%	36	3.706
	54	543	350.264	79.056.633	23.533	67.142.857	43,3%	43	3.359

Notas: * Excluídas fazendas de café com outros cultivos, e fazendas dedicadas a outros cultivos.

** O trabalho divide as fazendas naquelas relacionadas ao Porto do Rio de Janeiro, independentemente da Província e de Santos inclui apenas aqueles municípios na zona central e sul de São Paulo diretamente vinculados ao Porto de Santos

Fonte: C.F. Van Delden Laerne, Brazil and Java. Report on Coffee-Culture in America, Asia and Africa (London, W.H.Allen, 1885), pp.222-223

Apesar da crescente concentração da escravaria na cafeicultura, a maioria dos cativos do Brasil não trabalhava em fazendas de açúcar ou café nem mesmo no centro-sul. Mesmo com sua posição dominante no valor total das exportações o café absorvia apenas uma pequena fração dos escravos rurais da região. Minas Gerais foi um caso único porque seu setor de agricultura mista, que produzia exclusivamente para o mercado interno, absorvia a maioria dos escravos nessa que era a maior província escravista do império. Na década de 1870

15

415
não está
com o
onde
está?

14
havia 382 mil cativos em Minas, dos quais 279 mil arrolados como trabalhadores rurais; entretanto, os que trabalhavam na cafeicultura representavam menos de um quarto da escravaria total da região. Tampouco os municípios que continham mais escravos eram os mais associados ao café⁵⁰. Pecuária, beneficiamento de alimentos e produção de grãos e raízes alimentícias eram atividades que empregavam mão de obra cativa e livre. Havia, inclusive, um número significativo de escravos em ocupações especializadas e semiespecializadas. Numa análise detalhada do censo não publicado de 1831-32, cerca de 14% dos 88 mil escravos adultos foram descritos como trabalhadores não-agrícolas especializados e semiespecializados. A maior concentração de escravos especializados e semiespecializados ocorria na fiação e tecelagem de algodão, pois os cativos artesãos compunham 20% da escravaria ocupada nessas atividades; na construção o percentual era de 28%. Estimou-se que quase um quarto de todas as escravas adultas se ocupassem de serviços não domésticos⁵¹. Portanto, Minas Gerais é um caso raro na América de utilização de escravos em larga escala para a produção de gêneros destinados ao mercado local ou nacional. Minas Gerais também se destacou, em sua distribuição da posse de escravos. Como em todo o continente americano, o número médio de cativos por proprietário foi bem pequeno, mas, ao contrário da maioria das zonas escravistas americanas, o número de senhores foi muito grande, e eles representaram uma porcentagem muito maior da população livre. Grandes fazendeiros com numerosos escravos foram poucos e controlaram uma parcela relativamente pequena da força de trabalho total da província.

16
Entretanto, Minas não esteve isolada nessa distribuição mais complexa da escravaria. Constatou-se que até em Pernambuco, com sua alta concentração de escravos dedicados ao fabrico do açúcar, entre 30% e 40% dos cativos rurais trabalharam fora das zonas de grande lavoura por todo o século XIX. Eles foram usados na produção de algodão, na pecuária e no cultivo de gêneros alimentícios. As fazendas de algodão na região interiorana do agreste produziam também uma significativa quantidade de alimentos⁵². Ademais, como se poderia esperar, nessas pequenas propriedades interioranas dedicadas a culturas diversas, à pecuária e ao algodão os plantéis eram muito menores, a maioria dos senhores possuía em média menos cativos

e havia muito menos plantéis grandes do que os existentes na região açucareira (ver tabela 4.6).

Tabela 4.6: Posse de escravos por regiões, Pernambuco, 1800-1887 *

Tamanho do plantel	% dos Escravos		
	Mata	Agreste	Sertão
1 - 5	12,2	16,8	23,7
6 - 10	10,7	24,7	27,3
11 - 20	10,0	19,0	32,7
21 - 50	38,7	19,8	11,8
Mais de 50	28,4	19,7	4,5
Total	100,0	100,0	100,0
Total fazendas	117	325	226
Total escravos	1.300	2.618	1.484

Nota: Informações obtidas em Inventários.
Fonte: Versiani & Vergolino, "Slave Holdings in Brazilian Northeast..." (2002), tabela 3

Como já mencionamos, além de produzir açúcar, que ainda era a segunda exportação mais valiosa do Brasil, escravos eram encontrados na produção de arroz⁵³, algodão, aves e suínos e no cultivo de cereais e grãos variados e de alimentos em geral para o mercado interno. Ocorreu também um significativo emprego de escravos ao lado de trabalhadores livres na pecuária das duas tradicionais áreas de pastagem do sul, bem como nas fazendas de gado que estavam em expansão nas províncias nordestinas. O algodão brasileiro, que fora um produto vital na era colonial e ainda abastecia o mercado europeu na primeira década do século XIX, reviveu no período 1860-80. A Guerra de Secessão nos Estados Unidos acarretou a escassez de algodão para as tecelagens europeias, e o resultado foi o revivescimento do setor algodoeiro maranhense e o crescimento de novas regiões produtoras, como Minas Gerais, desenvolvendo-se alguma produção também em São Paulo. Embora notável financeiramente, esse crescimento temporário no valor das exportações de algodão não teve um impacto duradouro nem significativo na distribuição da mão de obra. A produção duplicou no período 1860-80, enquanto o valor das exportações mais do que quintuplicou. A consequência foi um deslocamento temporário e acentuadamente local de cativos para o cultivo algodoeiro, com pouco impacto de longo prazo sobre os escravos usados em outras culturas.

Os cerca de 370 mil escravos usados em outras ocupações rurais encontravam-se dispersos por todo o império, dedicando-se a atividades destinadas a alimentar o crescente mercado representado pelos 9,9 milhões de brasileiros. Escravos também foram importantes na indústria do charque da província do Rio Grande do Sul, que competiu com êxito durante todo o século XIX com a indústria do charque uruguaia, baseada em trabalho livre. Embora no Brasil já se empregassem trabalhadores livres nessa atividade, o uso de cativos permaneceu vital e lucrativo até a década de 1880⁵⁴. O mesmo ocorreu nas fazendas de gado no nordeste, onde foi comum o uso conjunto de escravos e trabalhadores livres. Escravos também foram importantes na fabricação de laticínios e derivados de carne suína para mercados locais e regionais em Minas. Junto com o algodão, por exemplo, agricultores nordestinos cultivavam vários outros produtos, muitos para exportação. A Bahia, por exemplo, possuía uma florescente indústria de fumo e farinha de mandioca, e parte da produção provinha do braço escravo. Embora a maioria dos produtores de fumo e mandioca fossem pequenos agricultores livres com poucos agregados ou empregados contratados, uma significativa minoria desses produtores possuía escravos e exportava seus produtos. Além disso, muitos dos mais bem-sucedidos dentre esses agricultores começavam a comprar cativos assim que seus lucros aumentavam. No período 1846-1860 em um distrito produtor de fumo, Cachoeira, dois terços dos agricultores possuíam 9 escravos ou menos. E não havia nenhum plantel com mais de 40 cativos. Nas fazendas de mandioca eram usados ainda menos escravos, embora elas tivessem produção expressiva para os mercados regionais. Mas até nessa atividade encontravam-se proprietários com mais de dez escravos empregados na produção da farinha de mandioca⁵⁵.

Uma tentativa recente de avaliar a posse de escravos no Brasil como um todo na década de 1870 mostra que os cativos se distribuíram de modo amplo e desigual pelas comunidades agrícolas⁵⁶. Os municípios açucareiros e cafeeiros continham o maior número médio de escravos por plantel e a mais desigual distribuição da escravaria, mas em todas as outras atividades a distribuição dos escravos era razoavelmente abrangente, em pequenos plantéis e por uma grande variedade de atividades na agricultura, na pecuária e outras ocupações rurais (ver tabela 4.7).

Tabela 4.7 Escravos possuídos por tamanho do plantel e por região em 1870s

Tamanho do plantel	Pernambuco e Pará	Maranhão, Pará e Piauí	Sudeste	Bahia e Sergipe	Goiás	Rio Grande do Sul
1	768	2.343	3.386	1.012	881	420
2-4	1.957	5.657	9.571	1.908	2.376	1.297
5-9	2.088	5.365	9.747	1.798	2.173	1.750
10-19	1.956	4.621	9.322	1.974	1.371	1.220
20-39	1.850	2.623	7.775	1.621	384	255
40+	1.928	731	11.506	1.053	114	-
	10.547	21.340	51.307	9.366	7.299	4.942
Indicadores básicos						
20+ escravos	36%	16%	38%	29%	7%	5%
Mediana posse escravos	10-19	5-9	10-19	5-9	5-9	5-9
Média de escravos	5,1	3,7	5,4	4,2	3,3	3,9

Fonte: Marcondes "Desigualdades regionais brasileiras, 2005, tabelas 4-5,5-6-5,7-5,8-5,9-5

Finalmente, ao redor de todo grande centro urbano havia roças de gêneros alimentícios cultivados para o mercado, muitas das quais eram unidades que empregavam um pequeno número de escravos juntamente com lavradores livres pobres.

Muitos dos 345 mil escravos economicamente ativos em 1872 que não trabalhavam diretamente na agricultura tinham atividades associadas ao mundo rural. O exemplo mais óbvio foram os 95 mil cativos arrolados como jornaleiros, alguns dos quais provavelmente trabalhavam nas fazendas junto com os escravos residentes. Parte dos 7 mil artesãos que trabalhavam com madeira e metal, especialmente carpinteiros e ferreiros, também podem ter sido empregados em fazendas. Porém, como revela o exemplo de Minas Gerais, havia também na força de trabalho cativa uma significativa parcela de pessoas que não trabalhavam diretamente na agricultura de exportação, mas ainda assim tinham papel importante na economia. Por exemplo, escravos compunham 10% dos 126 mil trabalhadores de tecelagens, que na época ganhavam relevo no Brasil como a primeira atividade industrial importante. Os 175 mil escravos usados em serviços domésticos compunham 17% de todas as pessoas nessa ocupação e 15% dos escravos economicamente ativos. Escravos também eram encontrados em parcelas superiores a 15% da população ativa em atividades como construção (4 mil cativos,

representando 19% de todos os empregados nessa atividade), alvenaria, cantaria e ofícios afins (18%), e excediam sua parcela na população como jornalheiros (23%). Finalmente, havia algumas ocupações nas quais, embora os escravos representassem uma parcela pequena do total de trabalhadores, o número absoluto de cativos era notável. Nessa categoria estavam as costureiras, com 41 mil escravas, que representavam apenas 8% do total de pessoas nessa ocupação.

Um grande número de escravos vivia em cidades, onde, como no resto do país, eles compunham uma minoria do total da população de cor. Dos 4,2 milhões de pessoas livres de cor encontradas no Brasil, a porcentagem que vivia em cidades era muito maior do que a parcela urbana da população total de 1,5 milhão de cativos brasileiros. Não obstante, os escravos foram uma força de trabalho importante em todas as cidades. Das 785 mil pessoas que viviam em cidades com população superior a 20 mil habitantes, no mínimo 118 mil, ou 15%, eram cativas. Esse provavelmente não foi o maior número de escravos urbanos atingido, pois a escravaria urbana, como todo o restante da população escrava, estava diminuindo numericamente naquele período. Desde o fim do tráfico de escravos em meados do século, o número total de cativos, cujo máximo fora 1,7 milhões, entrou em declínio. O término do intenso tráfico de escravos acarretou uma taxa de crescimento negativa da população cativa residente. A queda nos números totais também impeliu uma mudança na distribuição da escravaria. A drástica alta nos preços de escravos resultante do fim do tráfico atlântico, o crescente impacto das alforrias e a contínua expansão da cafeicultura tiveram como consequência a venda de escravos das cidades para as áreas rurais em números cada vez maiores. Em 1849, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro continha 78 mil cativos, ao passo que em 1872 havia apenas 39 mil. Mas ainda assim os escravos do Rio representavam mais de um quinto da população de 183 mil pessoas da cidade. Salvador, o segundo maior centro em 1872, com 108 mil habitantes, tinha 13 mil escravos, e Recife ficava em terceiro lugar, com 57 mil habitantes e 10 mil cativos. Até mesmo a pequena cidade de São Paulo possuía 3 mil escravos em sua população de 28 mil pessoas⁵⁷.

A escravidão urbana existiu no Brasil nas duas formas clássicas de relação entre senhores e escravos predominantes na zona rural:

a posse direta com residência na propriedade do senhor e a posse direta combinada ao aluguel a terceiros. Mas havia também um número significativo de cativos que tinham autonomia para trabalhar, chamados, no Brasil, de escravos de ganho⁵⁸. Esses escravos eram encontrados em todo o espectro ocupacional, das atividades menos especializadas aos trabalhos mais perigosos e aos mais bem remunerados. Nessa categoria encontravam-se, inclusive, cativos com mais de uma ocupação. Na cidade de Salvador nas décadas de 1850 e 1870 foram registrados diversos casos de cativos com múltiplas habilidades ou ocupações. Por exemplo, o jovem escravo André, da nação nagô, trabalhava como carregador de cadeira e aprendiz de carpinteiro, e Ricardo, também nagô, trabalhava em serviço de roça e como escravo de ganho. Amália, de vinte anos, era escrava de ganho em uma fábrica de charuto e também trabalhava como passadeira⁵⁹. Esse mesmo padrão de mais de uma ocupação foi encontrado para escravos de ganho na cidade de Salvador em meados do século XIX⁶⁰. Todos os dados indicam que esses carregadores, vendedores ambulantes, artesãos especializados e semiespecializados não só trabalhavam por conta própria e pagavam uma quantia fixa a seu senhor, mas também tinham de manter sua própria moradia ou viver como aprendizes na casa de mestres artesãos que não eram seus donos. Estudos de registros municipais de cidades importantes indicam a existência de vários domicílios escravos independentes⁶¹. Esses cativos independentes chegavam a criar famílias completas em seus domicílios, como foi o caso de sete dos oito cativos pertencentes a Dona Catarina de Oliveira no distrito paulista de Curitiba em 1776. Três de seus escravos não só viviam separadamente como cada qual tinha sua família e cultivava uma roça por conta própria; os demais viviam à parte e se responsabilizavam pelas necessidades de seu domicílio⁶². Escravos de ganho também eram contratados como aprendizes por artesãos livres. Isso ocorreu, por exemplo, com quatro dos cinco escravos de Antonio de Souza Ferreira, que morreu no Rio de Janeiro em 1824; dois desses cativos eram aprendizes de carpinteiro e outro de sapateiro, enquanto outro era carpinteiro e vivia de jornal. Muitos artistas e músicos eram escravos de ganho, embora alguns residissem com seu senhor. Esse foi o caso de Antonio José Dutra, nascido na África, um barbeiro do Rio que ao morrer, em 1849, possuía 13 escravos,

o do
quinto da
população
cativa

sobretudo africanos; a maioria deles formou uma banda e trazia ao seu senhor uma renda muito maior do que a que ele auferia com seus dois imóveis alugados e sua barbearia. Esses cativos músicos também trabalhavam como barbeiros no estabelecimento do seu senhor⁶³.

Muitos escravos eram alugados a indústrias. Em 1840, por exemplo, José Vieira Sarmiento possuía uma pequena fábrica de pente de tartaruga na cidade onde empregava 11 de seus escravos (4 jornaleiros e 7 aprendizes), além de 9 cativos alugados⁶⁴. Na cidade de Niterói em 1855, havia 130 cativos trabalhando em fábricas, dos quais 85 pertenciam ao dono da fábrica e 45 eram alugados. Na cidade do Rio de Janeiro, metade (527) dos 1.039 operários eram escravos, embora se desconheça a correspondente divisão entre alugados e próprios. Em fins de 1855, a maior fábrica têxtil do Brasil, Companhia da Ponta D'Arêa, empregava 622 pessoas, das quais 181 eram escravas⁶⁵. Ademais, apesar do constante aumento de trabalhadores livres estrangeiros na indústria, em 1872 o censo ainda arrolou 2.135 escravos operários, comparados a 9.458 estrangeiros em uma força de trabalho industrial total de 18.091 pessoas⁶⁶. Um minucioso censo não publicado de Minas Gerais em 1831-32 arrolou aproximadamente 23 mil escravos em atividades industriais. Eles representavam 17% da escravaria da província (comparados a 41% de pessoas livres ocupadas em atividades manufatureiras). Metade dos escravos, assim como metade das pessoas livres, foram descritos como empregados em atividades manuais e mecânicas, mas os cativos aparecem em porcentagem superior à de sua média na província como metalúrgicos, trabalhadores na construção e em atividades têxteis. A divisão por sexo era bem pronunciada nas atividades têxteis; ali trabalhavam 9.998 escravas, compondo 95% dos cativos naquela atividade⁶⁷.

Toda essa flexibilidade ensejou um complexo padrão de atividades escravistas e uma participação muito mais pronunciada dos cativos na economia de mercado como consumidores e recebedores de renda. Embora vários municípios criticassem a relativa liberdade e a carência de apoio financeiro para os escravos de ganho, estes mostraram ser um investimento tão lucrativo para seus senhores que a prática nunca foi abolida. Estimativas de aluguéis de cativos em cidades e fazendas indicam que o aluguel de escravos, depois de descontados os gastos com sua moradia e alimentação (estimados em

20% da renda bruta que eles obtinham) proporcionava ao senhor um lucro anual aproximado de 10% a 20% do investimento inicial feito na compra do escravo⁶⁸. Nas áreas rurais, porém, esses cativos foram usados moderadamente, sendo essa uma das principais características que distinguiram a escravidão urbana da rural no Brasil. Na Bahia ocorreu inclusive uma greve, organizada em 1857, dos escravos de ganho que trabalhavam como carregadores. Esses cativos transportavam objetos, água, pessoas em cadeiras e inúmeras outras cargas, e se organizavam em grupos, em geral segundo suas nacionalidades africanas. Havia também a participação de africanos livres e de escravos nascidos no Brasil, e o elemento dominante eram os nagôs ou iorubás. Naquele ano de 1857, a tentativa do governo de tributar o trabalho dos escravos de ganho e criar outras formas de limitação à sua liberdade de trabalhar acarretou uma greve de uma semana de todos os trabalhadores ativos, levando o governo municipal a abandonar a maioria de suas tentativas de controlar e taxar a atividade⁶⁹.

Finalmente, escravos trabalhavam em todas as partes da complexa rede de transporte brasileira, como, por exemplo, os tropeiros nos comboios de mulas, que foram a base do transporte interiorano até a segunda metade do século XIX⁷⁰, e os marinheiros na navegação de longa distância, no comércio costeiro e na pesca local. Como já mencionamos, havia cativos na tripulação regular de navios negreiros que iam buscar escravos na África, e escravos tiveram importância vital no comércio costeiro em fins do século XVIII e começo do XIX.⁷¹ Mesmo no século XIX, marinheiros cativos continuaram a ter participação fundamental na navegação. Por exemplo, no porto do Rio de Janeiro no período de 1815 a 1826, as autoridades emitiram passaporte para 2.463 marinheiros escravos que trabalhavam no comércio costeiro com portos meridionais⁷². Em Porto Alegre em 1857, dos 3.193 marinheiros arrolados como trabalhadores no comércio costeiro, na pesca ou em transporte em barcos, 1.157 eram escravos. Os marinheiros cativos representavam 49% do total de marinheiros no comércio costeiro, sua mais significativa participação, 30% dos que trabalhavam no comércio marítimo de longa distância, 27% dos marinheiros em rios e portos e apenas 10% dos pescadores⁷³. Mais de uma década depois, em 1869, registrava-se apenas um leve declínio na proporção, mas não no número de marinheiros escravos. Naquele

ano o governo arrolou 3.638 marinheiros trabalhando no porto ligados ao comércio marítimo e costeiro, à pesca e ao transporte local por barco, dos quais 1.168, quase um terço, eram cativos⁷⁴. Também era escrava uma parcela significativa dos trabalhadores em estaleiros no ano de 1869: 72 dos 247 trabalhadores que fabricavam e reparavam embarcações no estaleiro naval do porto⁷⁵.

O relativo declínio da escravidão urbana, embora não da população de cor das cidades, foi parte de um processo mais amplo de redistribuição geográfica dos escravos ocorrido no período pós-tráfego atlântico. Uma proporção mais elevada de cativos foi encontrada não só nas atividades mais produtivas, como a cafeicultura, mas também nas regiões em que essas atividades se concentravam. Em meados do século menos de metade dos cativos residia nas três principais províncias cafeeiras, mas em 1872 mais de metade concentrava-se nessas regiões. Um ativo tráfico interno pós-1850 ajudou na convergência de cativos para a região centro-sul, com o nordeste e as províncias mais meridionais exportando seus escravos para Rio de Janeiro, Minas Gerais e principalmente São Paulo. Às vésperas da abolição, em 1887, quase três quartos dos 751 mil cativos remanescentes encontravam-se nessas três províncias. Portanto, a escravaria, como em Cuba, concentrava-se acentuadamente nas regiões mais dinâmicas de suas respectivas sociedades ao aproximar-se a abolição. Com a alta no custo dos cativos e as taxas de crescimento das populações escravas negativas, cada vez mais escravos afluíram para os setores exportadores dos dois maiores países escravistas da América Latina.

NOTAS

1. Veja Richard H. Steckel, "Slave Height Profiles from Coastwise Manifests," *Explorations in Economic History* 16 (1979), p. 364. Esse tráfico interno foi muito maior do que o ocorrido no Brasil, pois entre 1790 e 1860 movimentou aproximadamente 835 mil escravos das áreas exportadoras para as áreas importadoras do Sul dos Estados Unidos, dos quais a metade representava a comercialização de escravos e a outra metade a movimentação com seus respectivos proprietários. Jonathan B. Pritchett, "Quantitative Estimates of the United States Interregional Slave Trade, 1820-1860," *The Journal of Economic History*, 61, no. 2 (June 2001), pp.467-475. Outro estudo mostrou que entre 1810 e 1860, ou seja no período posterior ao término do tráfico, cerca de 20 mil escravos cruzavam as fronteiras estaduais anualmente. Michael Tadmán, *Speculators and Slaves, Masters, Traders, and Slaves in the Old South* (Madison: University of Wisconsin Press, 1989), p.12 tabela 2.1. Os escravos envolvidos nesse

tráfico marítimo inter-regional eram predominante homens e 90% tinham idade entre 11 e 30 anos. Herman Freudenberger and Jonathan B. Pritchett, "The Domestic United States Slave Trade: New Evidence," *Journal of Interdisciplinary History*, 21, no. 3 (Winter, 1991), pp. 447-477. Em contraste, o tráfico interno no Brasil de escravos do nordeste e do sul para a principal região importadora, que era o Rio de Janeiro, não superava o número de 5 mil a 6 mil escravos anuais nas décadas de 1850 e 1860. Entretanto, somente dois terços situavam-se na faixa etária de 11 a 30 anos, percentual alto, mas bem abaixo daquele encontrado nos manifestos de Nova Orleans; quanto a distribuição por sexo, ocorria predomínio masculino no tráfico interno do Brasil e dos Estados Unidos. Herbert S. Klein, "The Internal Slave Trade in Nineteenth-Century Brazil: A Study of Slave Importations into Rio de Janeiro in 1852," *The Hispanic American Historical Review*, 51, no. 4 (Nov., 1971), pp. 568, 571-572.

2. Uma estimativa sugere que cerca de um quarto dos africanos importados pelo porto de Salvador entre 1760 e 1770 foram remetidos para outras regiões no interior do Brasil, sendo 59% enviados para Minas Gerais. Dos escravos que deixaram o porto para o interior naquele período, 95% eram africanos. Alexandre Vieira Ribeiro, "E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII," *XII Seminário sobre a economia mineira* (Diamantina, 2006), pp. 7-8, Tabelas 3 e 3.1. Veja também Maria do Carmo Salazar Martins & Helenice Carvalho Cruz da Silva, "VIA BAHIA: A Importação de Escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Serião, 1759-1772," *XII Seminário sobre a economia mineira* (Diamantina, 2006), p. 5, tabela 1. Esse padrão permaneceu por boa parte do século XIX. No período 1809-1830, Minas Gerais era ainda a zona dominante dos escravos remetidos do porto do Rio de Janeiro. Veja-se Fábio W. A. Pinheiro, "O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830" (Rio de Janeiro: Diss. Mestrado, Rio UFRJ, 2007), p.99, tabela 13.
3. A média de escravos embarcados do Rio de Janeiro para o interior no período 1822-1833 era de 4,7 escravos. João Luis Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), p. 219. A média de escravos que chegavam à província do Rio Grande do Sul foi de 4,8 escravos por remessa nos períodos 1788-1802 e 1809-1814. Gabriel Santos Berute, "Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825" (Porto Alegre: Diss. Mestrado, UFRGS, 2006), p.126, tabela 16.
4. Fragoso, *Homens de grossa aventura*, pp. 177-78, tabela 12-9.
5. "pequeno traficante eventual" é o termo usado por Fragoso, *Homens de grossa aventura*, p. 219.
6. Sobre o debate a respeito da lei, ver Martha Abreu, "Slave mothers and freed children: emancipation and female space in debates on the 'Free Womb' Law, Rio de Janeiro, 1871," *Journal of Latin American Studies* 28, nº 3 (out. 1996), pp. 567-580.
7. Sobre a Lei dos Sexagenários, ver Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil* (Campinas, Editora da UNICAMP, 1999).
8. Para estimativas da produção brasileira de açúcar no século XVIII, ver Noel Deerr, *The history of sugar* (2 v., Londres, Chapman & Hall Ltd., 1949-50), v. II, p. 113.
9. Peter Eisenberg, *The sugar industry in Pernambuco, modernization without change, 1840-1910* (Berkeley, University of California Press, 1974), p. 5, tabela 1.
10. Os dados sobre a produção americana de cana-de-açúcar provêm de Deerr, *The history of sugar*, v. II, pp. 113, 131, 193-204. Para uma estimativa da produção mundial ver Manuel Moreno Fraginals, *El ingenio: complejo económico social cubano del azúcar* (3 v., Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1978), v. II. P. 173.
11. J. H. Galloway, *The sugar cane industry: an historical geography from its origins to 1914* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989), cap. 7.